

somosCOOP»

 **SICOOB**
Cecremef

RELATÓRIO ANUAL

2018

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	01
INDICADORES.....	02
BALANÇO ATIVO / PASSIVO.....	03
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS.....	04
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	05
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	06
NOTAS EXPLICATIVAS	07
RELATÓRIO DE AUDITORIA	15
PARECER DO CONSELHO FISCAL	16
MOVIMENTAÇÃO DO FATES	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás – SICOOB CECREMEF, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2018 o Sicoob Cecremef completou 57 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB CECREMEF obteve um resultado de R\$ 1.605.013,49, representando um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido superior a 2,5%.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 325.454.524,92. Por sua vez, a carteira de crédito representava R\$ 68.415.346,69. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$ 68.415.346,69	100%
--------------------	-------------------	------

Os dez maiores devedores representavam, na data-base de 31/12/2018, o percentual de 4% da carteira, no montante de R\$ 2.973.108,39.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 398.145.529,56, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior próximo a 1%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 16.189.689,46	4%
Depósitos a Prazo	R\$ 381.955.840,10	96%

Os dez maiores depositantes representavam, na data-base de 31/12/2018, o percentual de 11% da captação, no montante de R\$ 40.469.553,87.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do Sicoob Cecremef era de R\$ 57.439.350,01. O quadro de associados era composto por 11.087 cooperados, havendo um crescimento de 8% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do proponente tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "rating" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob Cecremef adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas

cas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2016, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob Cecremef aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a ouvidoria do Sicoob Cecremef registrou 97 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 97 reclamações, 54 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019.

Mauro da Silva Alves
Diretor Presidente

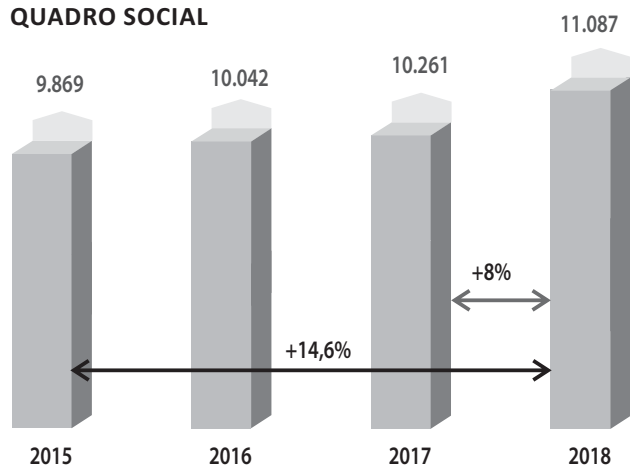
Carlos Soares de Souza
Diretor Operacional

Marcelo José da Silva Azeredo
Diretor Administrativo/Financeiro

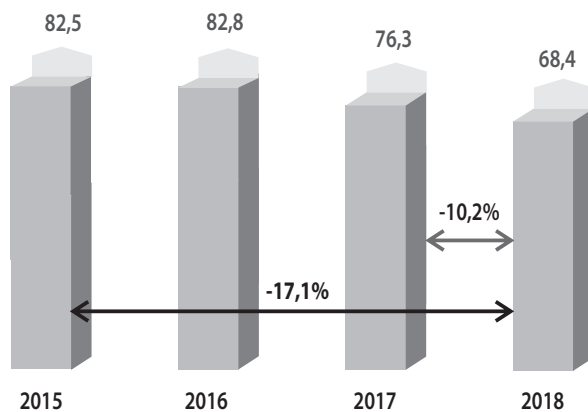
Mina Fisman
Diretora Social

INDICADORES

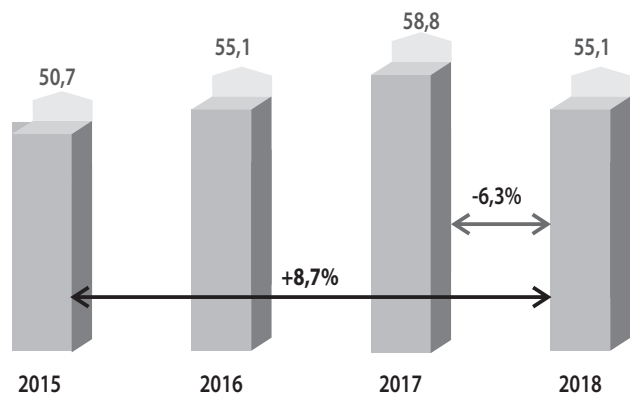
QUADRO SOCIAL



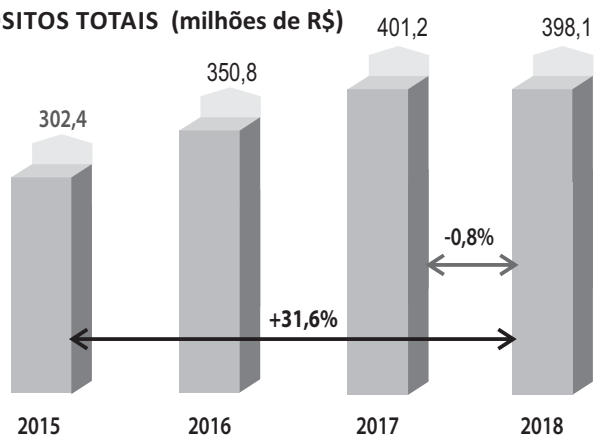
CARTEIRA DE CRÉDITO (milhões de R\$)



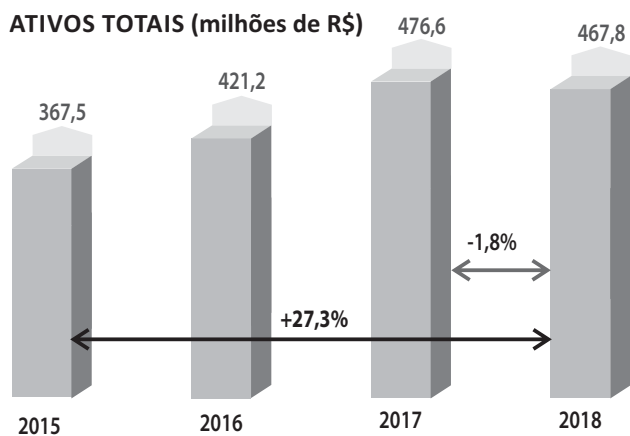
CAPITAL SOCIAL (milhões de R\$)



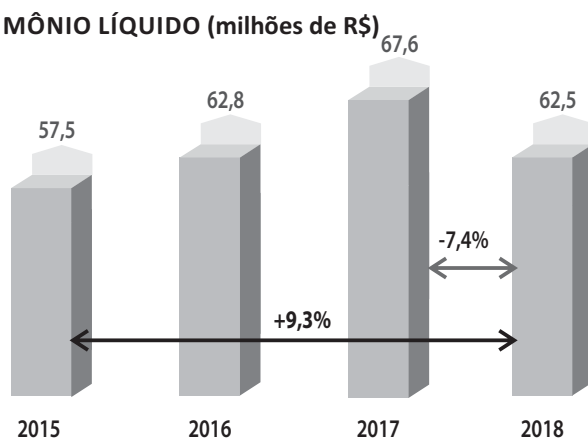
DEPÓSITOS TOTAIS (milhões de R\$)



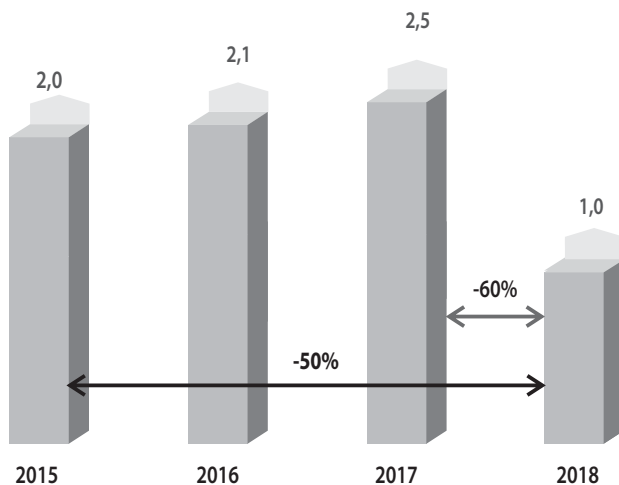
ATIVOS TOTAIS (milhões de R\$)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (milhões de R\$)



SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO (milhões de R\$)



BALANÇO PATRIMONIAL – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – NOTAS EXPLICATIVAS
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE – PARECER DO CONSELHO FISCAL

2018

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas
 do Sistema Eletrobrás Ltda - Sicoob Ceceremef – CNPJ/MF nº 33.370.115/0001-27

BALANÇO PATRIMONIAL – EM REAIS			
ATIVO		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		355.692.069,10	417.076.001,03
DISPONIBILIDADES	(NOTA 3.c)	518.115,24	225.334,06
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 5)	325.454.524,92	386.807.699,54
Centralização Financeira - Cooperativas		325.454.524,92	386.807.699,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 6)	26.807.813,84	29.325.617,40
Operações de Crédito		28.155.885,28	30.098.098,74
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.348.071,44)	(772.481,34)
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 7)	2.391.645,84	685.012,78
Créditos por Avais e Fianças Honrados		4.690,74	-
Rendas a Receber		141.327,88	119.038,26
Diversos		2.250.317,96	643.196,27
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(4.690,74)	(77.221,75)
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 8)	519.969,26	32.337,25
Outros Valores		238,00	-
Despesas Antecipadas		519.731,26	32.337,25
NÃO CIRCULANTE		112.099.419,36	59.555.841,42
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		95.456.310,34	45.014.492,68
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 4)	57.157.154,33	-
Carteira Própria		57.157.154,33	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 6)	38.299.156,01	45.014.492,68
Operações de Crédito		40.259.461,41	46.200.242,85
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(1.960.305,40)	(1.185.750,17)
PERMANENTE		16.643.109,02	14.541.348,74
INVESTIMENTOS	(NOTA 9)	11.703.754,79	10.856.446,50
Outros Investimentos		14.784.755,10	13.937.446,81
(Provisões para Perdas)		(3.081.000,31)	(3.081.000,31)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	4.852.579,44	3.594.964,76
Imóveis de Uso		1.471.450,00	1.471.450,00
Outras Imobilizações de Uso		6.203.165,14	4.512.243,49
(Depreciação acumulada)		(2.822.035,70)	(2.388.728,73)
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	86.774,79	89.937,48
Outros Ativos Intangíveis		838.375,44	808.802,68
(Amortização acumulada)		(751.600,65)	(718.865,20)
TOTAL DO ATIVO		467.791.488,46	476.631.842,45
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		405.282.246,47	409.059.276,41
DEPÓSITOS	(NOTA 12)	398.145.529,56	401.167.135,41
Depósitos à Vista		16.189.689,46	15.055.192,80
Depósito sob Aviso		42.440.930,81	48.123.421,65
Depósitos a Prazo		339.514.909,29	337.988.520,96
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	(NOTA 13)	246.044,99	45.000,00
Recursos em Trânsito de Terceiros		246.044,99	45.000,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES		6.890.671,92	7.847.141,00
Cobrança e Arrecadação de Tributos	(NOTA 14.1)	19.031,17	23.608,26
Sociais e Estatutárias	(NOTA 14.2)	2.321.824,01	3.706.852,15
Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 14.3)	599.833,27	373.111,17
Diversas	(NOTA 14.4)	3.949.983,47	3.743.569,42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.509.241,99	67.572.566,04
CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16.a)	55.159.337,75	58.835.370,49
De Domiciliados no País		55.556.260,75	59.313.135,67
(Capital a Realizar)		(396.923,00)	(477.765,18)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	(NOTA 16.b)	676.973,45	700.473,29
RESERVAS DE SOBRAS	(NOTA 16.c)	5.654.322,59	5.493.821,24
Fundo de Reserva		5.654.322,59	5.493.821,24
SOBRAS ACUMULADAS	(NOTA 16.d/e)	1.018.608,20	2.542.901,02
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		467.791.488,46	476.631.842,45

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS – EM REAIS

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.372.423,49	20.740.805,23	23.499.580,85
Operações de Crédito	9.988.843,40	20.357.225,14	23.499.580,85
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	383.580,09	383.580,09	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(13.928.867,42)	(27.106.172,89)	(35.880.609,06)
Operações de Captação no Mercado	(12.294.320,88)	(24.802.959,96)	(34.949.262,08)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.634.546,54)	(2.303.212,93)	(931.346,98)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.556.443,93)	(6.365.367,66)	(12.381.028,21)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	4.405.615,85	8.214.477,16	17.179.266,61
Receitas de Prestação de Serviços	831.689,45	1.513.004,02	817.872,59
Rendas de Tarifas Bancárias	145.615,33	262.676,04	107.485,99
Despesas de Pessoal	(6.395.584,64)	(12.493.700,95)	(11.761.386,86)
Outras Despesas Administrativas	(3.704.622,46)	(7.535.271,07)	(7.579.651,53)
Despesas Tributárias	(88.228,76)	(181.868,09)	(109.030,20)
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 18	14.142.347,32	27.714.008,16	38.406.534,56
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 19	(525.600,39)	(1.064.370,95)	(2.702.557,94)
RESULTADO OPERACIONAL	849.171,92	1.849.109,50	4.798.238,40
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - Nota 20	(20.562,87)	(56.423,75)	7.910,56
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	828.609,05	1.792.685,75	4.806.148,96
Provisão para Imposto de Renda	(57.374,73)	(101.995,40)	(65.687,60)
Provisão para Contribuição Social	(47.174,82)	(85.676,86)	(56.907,57)
Reversão da Reserva de Reavaliação - Nota 16.b	11.749,92	23.499,84	23.499,74
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	735.809,42	1.628.513,33	4.707.053,53
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	(184.622,68)
F A T E S - Atos Cooperativos - Nota 16.e	-	(449.403,78)	(1.349.679,43)
Reserva Legal - Nota 16.e	-	(160.501,35)	(629.850,40)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	735.809,42	1.018.608,20	2.542.901,02
Juros ao Capital	-	-	(1.889.292,27)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – EM REAIS

	CAPITAL	(-) CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	Total
Saldos em 31/12/2016	55.479.687,47	(342.248,27)	723.973,03	4.863.970,84	2.166.789,90	62.892.172,97
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(2.143.029,73)	(2.143.029,73)
Sobras a pagar	-	-	-	-	(557,93)	(557,93)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(19.018,02)	(19.018,02)
Ao Capital Social	4.184,22	-	-	-	(4.184,22)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.329.480,47	(170.644,83)	-	-	-	4.158.835,64
Por Devolução (-)	(2.351.333,88)	35.127,92	-	-	-	(2.316.205,96)
Reversão de Reservas - Nota 16.b	-	-	(23.499,74)	-	23.499,74	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	4.683.553,79	4.683.553,79
Subscrição dos Juros ao Capital	1.851.117,39	-	-	-	-	1.851.117,39
FATES - Atos Não Cooperativos - Nota 17	-	-	-	-	(184.622,68)	(184.622,68)
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva - Nota 16.e	-	-	-	629.850,40	(629.850,40)	-
F A T E S - Nota 16.e	-	-	-	-	(1.349.679,43)	(1.349.679,43)
Saldos em 31/12/2017	59.313.135,67	(477.765,18)	700.473,29	5.493.821,24	2.542.901,02	67.572.566,04
Movimentação de Capital						
Destinação de Sobras Exercício Anterior						
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	(2.506.286,11)	(2.506.286,11)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(30.195,02)	(30.195,02)
Ao Capital Social	6.419,89	-	-	-	(6.419,89)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.303.217,72	80.842,18	-	-	-	4.384.059,90
Por Devolução (-)	(8.585.133,59)	-	-	-	-	(8.585.133,59)
Reversão de Reservas - Nota 16.b	-	-	(23.499,84)	-	23.499,84	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	1.605.013,49	1.605.013,49
Outros - Nota 7	518.621,06	-	-	-	-	518.621,06
Destinação das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva - Nota 16.e	-	-	-	160.501,35	(160.501,35)	-
F A T E S - Nota 16.e	-	-	-	-	(449.403,78)	(449.403,78)
Saldos em 31/12/2018	55.556.260,75	(396.923,00)	676.973,45	5.654.322,59	1.018.608,20	62.509.241,99

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – EM REAIS

	2º SEMESTRE DE 2018	31/12/2018	31/12/2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	828.609,05	1.792.685,75	4.806.148,96
IRPJ / CSLL	(104.549,55)	(187.672,26)	(122.595,17)
Depreciações - Nota 10	241.331,56	469.498,98	450.086,95
Amortizações - Nota 11	16.180,95	32.735,45	31.281,22
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	981.572,01	2.107.247,92	5.164.921,96
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Títulos e Valores Mobiliários	(57.157.154,33)	(57.157.154,33)	-
Operações de Crédito	1.006.978,43	9.233.140,23	7.005.509,75
Outros Créditos	(1.057.606,04)	(1.706.633,06)	23.224,11
Outros Valores e Bens	(356.773,63)	(487.632,01)	19.503,10
Depósitos a Vista	2.673.676,27	1.134.496,66	4.436.634,15
Depósitos sob Aviso	(138.823,82)	(5.682.490,84)	1.634.656,02
Depósitos a Prazo	(6.245.601,86)	1.526.388,33	44.268.912,15
Relações Interdependências	246.044,99	201.044,99	45.000,00
Outras Obrigações	1.346.366,62	(956.469,08)	359.071,14
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(58.701.321,36)	(51.788.061,19)	62.957.432,38
Aquisição em Investimentos - Nota 9	(771.648,23)	(847.308,29)	(3.326.821,40)
Aquisição em Imobilizado de Uso - Nota 10	(1.279.746,56)	(1.730.075,06)	(60.758,91)
Aplicação no Intangível - Nota 11	(29.572,76)	(29.572,76)	(26.813,18)
Baixa de Imobilizações de Uso - Nota 10	-	2.961,40	15.744,63
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(2.080.967,55)	(2.603.994,71)	(3.398.648,86)
Aumento por novos aportes de Capital	2.254.447,50	4.384.059,90	4.158.835,64
Devolução de Capital à Cooperados	(3.604.015,52)	(8.585.133,59)	(2.316.205,96)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(30.195,02)	(19.018,02)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(2.506.286,11)	(2.143.029,73)
Destinação de Sobras Exercício Anterior a pagar	-	-	(557,93)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos - Nota 17	-	-	(184.622,68)
FATES Sobras Exercício - Nota 16.e	(449.403,78)	(449.403,78)	(1.349.679,43)
Outros - Nota 7	518.621,06	518.621,06	1.851.117,39
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(1.280.350,74)	(6.668.337,54)	(3.160,72)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(62.062.639,65)	(61.060.393,44)	59.555.622,80
No início do período (Notas 3.c e 4)	388.035.279,81	387.033.033,60	327.477.410,80
No fim do período (Notas 3.c e 4)	325.972.640,16	325.972.640,16	387.033.033,60
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	(62.062.639,65)	(61.060.393,44)	59.555.622,80

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA. – SICOOB CECREMEF

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA - SICOOB CECREMEF, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 17/03/1961, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CECREMEF possui 7 Postos de Atendimento (PAs) nos seguintes muni-

cípios: Angra dos Reis-RJ, Rio de Janeiro-RJ, Paraty-RJ e São José da Barra-MG.

O SICOOB CECREMEF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 22 de fevereiro de 2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de

Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias, apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	518.115,24	225.334,06
Relações interfinanceiras	325.454.524,92	386.807.699,54
TOTAL	325.972.640,16	387.033.033,60

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a

valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas

aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou

implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Conforme detalhado na nota explicativa nº “7. Outros Créditos” houve um evento subsequente às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018
Título de Renda Fixa	57.157.154,33
TOTAL	57.157.154,33

(Valores expressos em reais – R\$)

Os Títulos de Renda Fixa são letras financeiras, via BANCOOB, com renda pós-fixada, com rentabilidade entre 105% a 111% da taxa CDI. Essas aplicações não foram consideradas como Equivalentes de Caixa devido possuírem vencimentos em novembro de 2020, portanto, classificadas como ativo não circulante no realizável a longo prazo.

NOTA 5 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, com rentabilidade de aproximadamente 100% da taxa CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	325.454.524,92	386.807.699,54
TOTAL	325.454.524,92	386.807.699,54

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	24.947,87	-	24.947,87	26.971,91
Empréstimos	25.122.549,95	38.396.314,99	63.518.864,94	70.948.810,25
Títulos Descontados	1.353.502,85	-	1.353.502,85	8.534,70
Financiamentos	1.654.884,61	1.863.146,42	3.518.031,03	5.314.024,73
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.348.071,44)	(1.960.305,40)	(3.308.376,84)	(1.958.231,51)
TOTAL	26.807.813,84	38.299.156,01	65.106.969,85	74.340.110,08

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	
AA	-	Normal	4.597.094,50	6,39	45.695,72	4.642.796,61	-	6.997.207,46	-
A	0,5%	Normal	29.348.929,15	143.901,58	1.908.182,28	31.401.013,01	(157.005,84)	49.698.758,45	(248.493,95)
B	1%	Normal	12.400.729,59	1.173.247,85	498.450,55	14.072.427,99	(140.724,28)	9.202.132,05	(92.021,32)
B	1%	Vencidas	501.533,50	15.114,60	30.976,83	547.624,93	(5.476,25)	655.179,97	(6.551,80)
C	3%	Normal	7.177.300,87	1.056.055,17	494.138,18	8.727.494,22	(261.824,83)	5.646.542,12	(169.396,26)
C	3%	Vencidas	1.311.812,21	48.598,16	71.779,82	1.432.190,19	(42.965,71)	1.074.412,54	(32.232,38)
D	10%	Normal	2.088.902,89	346.750,21	212.191,14	2.647.844,24	(264.784,42)	588.940,03	(58.894,00)
D	10%	Vencidas	1.102.999,34	29.159,19	52.835,36	1.184.993,89	(118.499,39)	573.506,40	(57.350,64)
E	30%	Normal	567.247,19	81.173,52	68.371,20	716.791,91	(215.037,57)	130.102,68	(39.030,80)
E	30%	Vencidas	678.428,25	39.898,02	60.218,29	778.544,56	(233.563,37)	290.855,82	(87.256,75)
F	50%	Normal	201.863,75	8.012,30	-	209.876,05	(104.938,03)	119.122,07	(59.561,04)
F	50%	Vencidas	309.320,77	4.440,32	44.566,45	358.327,54	(179.163,77)	295.626,06	(147.813,02)
G	70%	Normal	150.813,95	9.039,27	30.625,21	190.478,43	(133.334,90)	35.536,14	(24.875,30)
G	70%	Vencidas	173.481,52	6.133,90	-	179.615,42	(125.730,78)	185.551,85	(129.886,30)
H	100%	Normal	440.279,97	171,97	-	440.451,94	(440.451,94)	137.427,02	(137.427,02)
H	100%	Vencidas	874.715,17	10.160,59	-	884.875,76	(884.875,76)	667.440,93	(667.440,93)
Total Normal			56.973.161,86	2.818.358,26	3.257.654,28	63.049.174,40	(1.718.101,81)	72.555.768,02	(829.699,70)
Total Vencidos			4.952.290,76	153.504,78	260.376,75	5.366.172,29	(1.590.275,03)	3.742.573,57	(1.128.531,81)
Total Geral			61.925.452,62	2.971.863,04	3.518.031,03	68.415.346,69	(3.308.376,84)	76.298.341,59	(1.958.231,51)
Provisões			(3.020.927,75)	(146.836,00)	(140.613,09)	(3.308.376,84)		(1.958.231,51)	
Total Líquido			58.904.524,87	2.825.027,04	3.377.417,94	65.106.969,85		74.340.110,08	

(Valores expressos em reais – R\$)

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas, tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Financiamentos	505.987,34	1.148.897,27	1.863.146,42	3.518.031,03
Empréstimos	8.052.107,62	12.676.947,03	32.290.057,03	53.019.111,68
Operações renegociadas	504.688,87	700.105,44	6.104.930,70	7.309.725,01
Crédito Pessoal	117.608,20	124.177,62	1.327,26	243.113,08
Títulos Descontados	1.312.942,75	23.379,42	-	1.336.322,17
Cheques Descontados	17.180,68	-	-	17.180,68
Conta Corrente	2.971.863,04	-	-	2.971.863,04
TOTAL	13.482.378,50	14.673.506,78	40.259.461,41	68.415.346,69

Obs.: Este demonstrativo não considera provisões para créditos com liquidação duvidosa.

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	537.253,71	1.121.853,44	1.353.502,85	3.012.610,00	4,4%
Pessoa Física	2.434.609,33	62.832.540,96	-	65.267.150,29	95,4%
Outros	-	135.586,40	-	135.586,40	0,2%
TOTAL	2.971.863,04	64.089.980,80	1.353.502,85	68.415.346,69	100,00%

Obs.: Este demonstrativo não considera provisões para créditos com liquidação duvidosa.

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(1.958.231,51)	(1.530.954,36)
Constituições / Reversões	(2.298.522,19)	(931.346,98)
Transferência para prejuízo	948.376,86	504.069,83
TOTAL	(3.308.376,84)	(1.958.231,51)

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	638.744,01	0,93%	290.587,95	0,38%
10 Maiores Devedores	2.973.108,39	4,35%	2.028.853,96	2,66%
50 Maiores Devedores	7.517.082,20	10,99%	6.471.389,47	8,48%

(Valores expressos em reais – R\$)

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	3.066.306,25	2.720.188,77
Valor das operações transferidas no período	948.376,86	504.069,83
Valor das operações recuperadas no período	(297.043,67)	(140.110,74)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(22.987,74)	(17.841,61)
Valor baixa da operação por renegociação	(139.226,53)	-
TOTAL	3.555.425,17	3.066.306,25

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 11.384.774,38, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 7 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças honrados	4.690,74	-
Rendas a Receber	141.327,88	119.038,26
Adiantamento e Antecipações salariais	89.948,01	149.886,83
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	785.379,22	20.564,65
Adiantamentos pro Conta de Imobilizações	145.488,44	78.724,45
Devedores por Depósitos em Garantia	36.427,79	33.389,64
Títulos e Créditos a Receber	6.507,50	1.751,50
Devedores Diversos – País (b)	1.186.567,00	358.879,20
(-) Provisões para Outros Créditos (c)	(4.690,74)	(77.221,75)
TOTAL	2.391.645,84	685.012,78

(Valores expressos em reais – R\$)

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Saldo refere-se adiantamento da obra de abertura do novo ponto de atendimento de São Clemente, em conformidade ao plano de expansão para aumento de negócios.

(b) Devedores Diversos – País, classificado no ativo na conta de Outros Créditos está assim composto:

Descrição	Valor – R\$
Pendências a regularizar	61.987,01
Plano de saúde a receber	38.941,44
Pendências a regularizar – Banco do Brasil	1.300,00
Pendências a regularizar - Bancoob	43.243,48
Empresas com desconto em folha	211.312,82
Estorno de juros ao capital (*)	518.621,06
Transitória – avais e fianças honrados	311.161,19
TOTAL	1.186.567,00

(Valores expressos em reais – R\$)

(*) Devido ao aumento da despesa com provisão de liquidação duvidosa e queda da SELIC, que prejudicaram o resultado do exercício corrente de forma relevante, a gestão da cooperativa optou pela suspensão do pagamento dos juros ao capital, conforme definição em reunião da Diretoria Executiva. Porém, o sistema operacional realizou o pagamento em cotas de capital, de forma automática, em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 518.621,06, não sendo possível à realização do estorno dentro do exercício, devido à informação das cotas terem sido processadas pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil).

Como forma de transparência, após alinhamento da Diretoria Executiva com a contabilidade, foi definido a reclassificação contábil da despesa de juros ao capital para o grupo de outros créditos em 31 de dezembro de 2018. Como evento subsequente, os estornos das cotas de capital dos cooperados, ocorreram de forma íntegra em 10 de janeiro de 2019.

NOTA 8 – OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em Estoque	238,00	-
Prêmio de Seguros	18.602,19	18.755,06
Processamento de Dados	5.463,95	2.875,59
Vale Transporte	12.280,20	10.706,60
Contribuições a Fundos	483.384,92	-
TOTAL	519.969,26	32.337,25

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO.

Descrição	31/12/2017	Aquisições	Baixas	31/12/2018
Participação Sicoob Central Rio	10.856.446,50	847.308,29	-	11.703.754,79
TOTAL	10.856.446,50	847.308,29	-	11.703.754,79

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme ao lado:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Terrenos	-	282.000,00	-	-	-	282.000,00
Edificações	4%	1.189.450,00	-	-	-	1.189.450,00
(-) Depr. Acum.-Edificações		(293.091,54)	-	-	(37.707,84)	(330.799,38)
Instalações	10%	2.705.842,92	1.442.383,55	-	-	4.148.226,47
(-) Depr. Acum.-Instalações		(1.120.799,80)	-	-	(247.799,55)	(1.368.599,35)
Móveis e Equip. de uso	10%	689.468,05	187.484,79	(5.278,66)	-	871.674,18
(-) Depr. Acum.-Móv. Equip. de uso		(260.048,30)	-	2.579,13	(68.798,13)	(326.267,30)
Sistema de Comunicação	10%	124.169,43	18.280,72	(325,00)	-	142.125,15
(-) Depr. Acum.-Sist. Comunicação		(21.097,04)	-	181,57	(13.768,29)	(34.683,76)
Sistema de processamento de dados	20%	915.491,91	72.279,64	(33.549,75)	-	954.221,80
(-) Depr. Acum.-Sist. Proc. de Dados		(657.655,67)	-	33.431,31	(95.612,66)	(719.837,02)
Sistema de Segurança	10%	77.271,18	9.646,36	-	-	86.917,54
(-) Depr. Acum.-Sist. Segurança		(36.036,38)	-	-	(5.812,41)	(41.848,79)
TOTAL		3.594.964,76	1.730.075,06	(2.961,40)	(469.498,88)	4.852.579,54

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme ao lado:

(Valores expressos em reais – R\$)

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	Aquisições	Amortizações	31/12/2018
Softwares	20%	655.312,68	29.572,76	-	684.885,44
(-) Amort. Acum.-Software		(565.375,20)	-	(32.735,45)	(598.110,65)
Direito de Uso	20%	153.490,00	-	-	153.490,00
(-) Amort. Acum.-Direito de Uso		(153.490,00)	-	-	(153.490,00)
TOTAL		89.937,48	29.572,76	(32.735,45)	86.774,79

NOTA 12 – DEPÓSITOS**a) Composição dos depósitos:**

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	16.189.689,46	-	15.055.192,80	-
Depósito Sob Aviso	42.440.930,81	0,47%	48.123.421,65	0,52%
Depósito a Prazo	339.514.909,29	0,48%	337.988.520,96	0,52%
TOTAL	398.145.529,56	-	401.167.135,41	-

*(Valores expressos em reais – R\$)***b) Concentração dos principais depositantes:**

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	12.807.038,14	3,22%	27.251.783,27	6,79%
10 Maiores Depositantes	40.469.553,87	10,16%	52.637.722,84	13,12%
50 Maiores Depositantes	101.002.168,54	25,37%	111.277.514,88	27,74%

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	246.000,00	45.000,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	44,99	-
TOTAL	246.044,99	45.000,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

*(Valores expressos em reais – R\$)***NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	19.031,17	23.608,26
Sociais e Estatutárias	2.321.824,01	3.706.852,15
Fiscais e Previdenciárias	599.833,27	373.111,17
Diversas	3.949.983,47	3.743.569,42
TOTAL	6.890.671,92	7.847.141,00

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a recolher	19.031,17	23.608,26
TOTAL	19.031,17	23.608,26

*(Valores expressos em reais – R\$)***14.2 Sociais e Estatutárias**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	636.230,50	1.414.161,57
Resultado de Atos com Não Associados	-	438.836,14
Gratificações e Participações a Pagar	51.381,98	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.634.211,53	1.853.854,44
TOTAL	2.321.824,01	3.706.852,15

*(Valores expressos em reais – R\$)***14.3 Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	52.477,86	-
Impostos e contribuições a recolher	547.355,41	373.111,17
TOTAL	599.833,27	373.111,17

*(Valores expressos em reais – R\$)***14.4 Diversas**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	123.457,52	3.975,43
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.462.451,64	2.750.518,52
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 26)	310.267,90	354.996,51
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	274.950,60	147.514,56
Credores Diversos – País (c)	1.778.855,81	486.564,40
TOTAL	3.949.983,47	3.743.569,42

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 1.318.679,94) e outras despesas administrativas (R\$ 143.771,70).

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016, referente a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se a outros credores diversos – país (R\$ 549.753,18), pendências a regularizar (R\$ 185.637,22), diferença de caixa (R\$ 855,27), pendência banco do Brasil (R\$ 2.177,00), pendências a regularizar – Bancoob (R\$ 669.862,12), créditos de terceiros (R\$ 343.872,15) e credores diversos-liquidação cobrança (R\$ 26.698,87).

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CECREMEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	55.159.337,75	58.835.370,49
Associados	11.087	10.261

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Reserva de Reavaliação

Conforme Laudo de Reavaliação do Imóvel, de uso próprio do SICOOB CECREMEF, realizado e aprovado em AGE em 29 de outubro de 2007, constituiu-se Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 939.991,91, sendo para o Terreno R\$ 282.000,00 e a Edificação R\$ 657.991,91, apropriado em 480 meses e amortizado o valor mensal de (R\$ 1.958,22).

Descrição	31/12/2018
Reserva de Reavaliação Constituída em outubro de 2007	939.991,91
Amortização 2007 a 2015	(192.520,24)
Amortização 2016	(23.498,64)
Amortização 2017	(23.499,74)
Amortização 2018	(23.499,84)
TOTAL	676.973,45

(Valores expressos em reais – R\$)

c) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de no mínimo 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/4/2018, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 2.542.901,02, em conta corrente dos associados.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	1.605.013,49	4.683.553,79
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(184.622,68)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.605.013,49	4.498.931,11
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10% (2018) e 14% (2017)	(160.501,35)	(629.850,40)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - 28% (2018) e 30% (2017)	(449.403,78)	(1.349.679,43)
Reversão de reserva de reavaliação	23.499,84	23.499,74
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.018.608,20	2.542.901,02

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 17 – RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	1.087.468,06	828.443,22
Despesas específicas de atos não cooperativos	(98.934,09)	(83.649,29)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(427.414,05)	(253.165,65)
Resultado operacional	561.119,92	491.628,28
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(56.423,75)	7.910,56
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	504.696,17	499.538,84
IRPJ/CSLL	(187.672,25)	(122.595,16)
Outras deduções (a)	(493.622,65)	(192.321,00)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(176.598,73)	184.622,68

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	499,09	124.747,74	355.343,59
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	11.715.975,90	24.104.605,19	34.187.254,79
Reversão Provisão Mensal de Juros ao Capital	270.049,31	270.049,31	-
Outras	153.585,55	365.310,62	2.537.971,92
Outras Rendas Operacionais	2.002.237,47	2.849.295,30	1.325.964,26
TOTAL	14.142.347,32	27.714.008,16	38.406.534,56

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre 2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(314,32)	(314,32)	-
Despesas de Juros ao Capital	-	(270.049,31)	(1.889.292,27)
Despesas de Provisões Passivas	(334.750,93)	(521.232,54)	(463.703,49)
Outras Despesas Operacionais	(190.535,14)	(272.774,78)	(349.562,18)
TOTAL	(525.600,39)	(1.064.370,95)	(2.702.557,94)

NOTA 20 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos de Capital	13.854,07	64.841,55	56.990,80
(-) Perdas de Capital	(34.416,94)	(118.303,90)	(33.335,61)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	(2.961,40)	(15.744,63)
Resultado Líquido	(20.562,87)	(56.423,75)	7.910,56

(Valores expressos em reais – R\$)
NOTA 21 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa; as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto

global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

	Valores	% em Relação à Carteira Total
Montante das Operações Ativas	31.450,77	0,04%
TOTAL	365.812,84	0,64%
Montante das Operações Passivas	903.635,00	1%

(Valores expressos em reais – R\$)
b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	10.131,85	(105,31)	0%
Empréstimo e Financiamentos	72.016,26	(245,01)	0%

(Valores expressos em reais – R\$)

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	114.427,37	0,71%	0%
Depósitos a Prazo	4.626.710,67	1,21%	0,49%

(Valores expressos em reais – R\$)

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro ao lado, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,92%	2,92%
Financiamento	1,24%	1,24%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	150,41%	150,41%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

Empréstimos e Financiamentos	0,64%
------------------------------	-------

d) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.079.560,28)
Encargos Sociais	(251.417,85)
Vale refeição/alimentação	(59.907,51)

NOTA 22 – COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRÁS LTDA - SICOOB CECREMEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para

consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CECREMEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.4 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

23.6 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimonial	2.526.540,00	3.148.000,00
Valores	400.000,00	290.000,00
TOTAL	2.926.540,00	3.438.000,00

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 25 – ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo

apresentado abaixo cálculo dos limites:

O Patrimônio de Referência (PR), totalizando o valor de R\$ 57.439.350,01, encontra-se compatível com grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2018, com percentual de índice de Basileia 27,82%.

Com base nas informações dos assessores jurídicos da cooperativa SICOOB CECREMEF, os processos judiciais em que figura como polo passivo, classificados como perdas possíveis, foram no montante de R\$ 10.738.063,50, sendo 6 processos classificados como natureza cível, no valor de R\$ 542.083,14 e 4 processos tributários, totalizando em R\$ 10.195.980,36.

Os processos classificados com risco de perda provável, totalizaram R\$ 310.267,90 e foram provisionadas na sua totalidade, em conformidade à Resolução CMN nº 3.823/09. Na tabela acima, demonstramos mapa de movimentação:

Descrição	31/12/2017	Constituição/ Reversão	Pagamento/ acordo	Atualização/ correção	31/12/2018
Cível	107.494,40	43.764,35	-	21.823,70	173.082,45
Tributário	67.814,07	-	-	11.989,05	79.803,12
Trabalhista	179.688,04	(64.210,51)	(65.580,00)	7.484,80	57.382,33
TOTAL	354.996,51	(20.446,16)	(65.580,00)	41.297,55	310.267,90



Mauro da Silva Alves
Diretor Presidente
Marcelo José da Silva Azeredo
Diretor Administrativo/Financeiro

Carlos Soares de Souza
Diretor Operacional
Mina Fizman
Diretora Social

Hilton Pereira da Silva
Contador
CRC 2706/O-9

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – SICOOB CECREMEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. – SICOOB CECREMEF em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 1º de março de 2019.

Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
CNAI 4726



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda. - SICOOB CECREMEF**, após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do parecer da auditoria externa da CNAC Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, emitido em 01/03/2019, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Cooperativa no período.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2018.

Agildo da Silva Meireles, Celso Lopes de Oliveira, Oswaldo Farelli Ferreira, Paulo Cezar da Silva, Paulo Sérgio Montenegro da Silva e Selma Cristina Santiago Baptista.



MOVIMENTAÇÃO DO FATES

DESCRIÇÃO	2018	DESCRIÇÃO	2018
(=) SALDO ACUMULADO 2017	1.852.997,71	ASSISTÊNCIA - ASSOCIADOS	1.176.562,01
		Concerto de Natal	7.268,76
		Bazar de Natal	506,70
		Programa Odontológico	54.355,11
		Projeto Qualidade de Vida	46.959,00
		Cursos Sociais	226.427,56
(+) Recebimentos	958.106,51	Curso Represent. Áreas Regionais	162.674,63
Dos Resultados	449.403,78	Passeios e Eventos	421.275,35
Programa Odontológico	223.815,66	Lajedo	255.710,90
Outras Contribuições	16.403,40	Doações	1.384,00
Passeios e Festas	178.643,74	ASSISTÊNCIA - EMPREGADO	805.658,05
Lajedo	89.839,93	Aux. Funcional	24.143,89
		Desenvolvimento de Equipe	488.994,70
		Confraternizações - Funcionários	7.908,05
		Programa Odontológico	35.573,58
		Previdência Privada e Seguro de Vida	249.037,83
(-) Pagamento - Aplicações	2.174.873,72	DESPESA - REPRESENTAÇÃO	192.653,66
Assistência - Associado	1.176.562,01	Comunicação - Divulgação	63.668,25
Assistência - Empregado	805.658,05	Eventuais	22.065,90
Despesa - Representação	192.653,66	Eventos Institucionais	106.919,51
(=) SALDO FINAL	636.230,50	TOTAL DAS APLICAÇÕES	2.174.873,72

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DE FURNAS E DAS DEMAIS EMPRESAS DO SISTEMA ELETROBRAS LTDA. – SICOOB CECREMEF
CNPJ: 33.370.115/0001-27 – NIRE: 33400008448
Sede Social: Rua Real Grandeza, 139, 5º andar, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ – CEP: 22281-033
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Edital de Convocação 001/2019

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das Demais Empresas do Sistema Eletrobras Ltda. – Sicoob Cecremef, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 10.913 (dez mil novecentos e treze) associados com direito a voto, para as Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezanove, à Rua São Clemente, 41 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22060-001, por falta absoluta de espaço na Sede, obedecendo os seguintes horários e quorum para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo assim o que determina o Estatuto Social:

- a) Em primeira convocação da AGE às 10h45, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados;
 - b) Em primeira convocação da AGO às 11h, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados;
 - c) Em segunda convocação da AGE às 11h45, com a presença de metade mais um dos associados;
 - d) Em segunda convocação da AGO às 12h, com a presença de metade mais um dos associados;
 - e) Em terceira e última convocação da AGE, às 12h45, com no mínimo de 10 (dez) associados;
 - f) Em terceira e última convocação da AGO, às 13h, com no mínimo de 10 (dez) associados;
- 1) A Assembleia Geral Extraordinária deliberará sobre a seguinte ordem do dia:
- a) Aprovação da Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, conforme determinação pelo Banco Central do Brasil, no Art. 5º, caput e Parágrafo único, da Resolução nº 4595, de 28 de agosto de 2017;
 - b) Aprovação da Política Institucional de Governança Corporativa.
- 2) A Assembleia Geral Ordinária deliberará sobre a seguinte ordem do dia:
- a) Prestação de contas do primeiro e segundo semestre do exercício de 2018, compreendendo o Relatório da Gestão, os Balanços com os respectivos Demonstrativos das Sobras, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes;
 - b) Rateio e Destinação das Sobras;
 - c) Uso e aplicação do FATES;
 - d) Fixação do valor dos honorários e da cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal;
 - e) Eleição dos membros para o Conselho Fiscal. A eleição se dará em conformidade com o Regulamento Eleitoral e com o Cronograma, disponíveis no site www.sicoobcecremef.com.br. As chapas deverão ser registradas até o dia 28 de fevereiro de 2019, na Sede da Cooperativa, até às 17h, término do expediente. No caso de empate da eleição, haverá outra assembleia que será realizada no dia 04 de maio de 2019, às 13h, no mesmo local;
 - f) Fixação dos valores de capitalização mensal;
 - g) Outros assuntos de interesse geral.

Obs.: **Comissão Eleitoral:** Carlos Alexandre dos Santos, Cristiano Piovezan Soares e Heleísa Nogueira Alexandre.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019

Francisco Carlos Bezerra da Silva
Presidente do Conselho de Administração



SICOOB